

Eleições, partidos e ideologia política no interior do Brasil: o caso de Petrolina (PE)¹

Simone P. Viscarra²
Marília Gabriela da Silva Ferreira³

226

Resumo: Eleições e voto são pilares fundamentais de qualquer democracia bem consolidada. Assim, o objetivo do artigo é colaborar para esse debate analisando como o eleitorado de Petrolina (Pernambuco-Brasil) votou para os cargos do executivo (prefeito, governador e presidente) entre 1988 e 2016. A finalidade é compreender o modelo de votação da sétima maior cidade do interior nordestino para cada cargo e comparar tais resultados em termos partidário-ideológicos. Os dados provêm dos relatórios eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral e consideram as seguintes variáveis: ano da votação, candidatos mais votados e seus partidos políticos. A análise indica que os eleitores da cidade seguem um modelo de votação tradicional e fechada para prefeito, independentemente de ideologia partidária, e em âmbito estadual e federal um perfil mais partidário e à esquerda. Desse modo, colaborando para o entendimento da lógica eleitoral em municípios de grande porte no interior do Brasil, campo ainda pouco explorado.

Palavras-chave: Eleições; Voto municipal; Partidos políticos; Ideologia Política.

¹ Esse artigo é resultado do projeto de pesquisa: Partidos políticos, eleições e democracia: como votam os eleitores da cidade de Petrolina/PE ao longo dos anos? Desenvolvido entre 2019-2020 com apoio da UNIVASF e do CNPq.

² Simone Piletti Viscarra, Professora Dra. de Ciência Política na Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, Brasil, simoneviscarra@gmail.com. ORCID disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-8279-5980>.

³ Marília Gabriela da Silva Ferreira, Estudante de Ciências Sociais, bacharelado, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, Brasil, gabi12marilia@gmail.com. ORCID disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-1756-2881>.

1. Introdução

Situada no estado de Pernambuco, Petrolina é um município de destaque na região Nordeste. Parte dessa situação positiva se deve a sua posição geográfica. Às margens do Rio São Francisco, seu desenvolvimento, desde sua fundação, é beneficiado pela proximidade com a cidade de Juazeiro (BA), também considerada uma cidade de médio porte e de bom desenvolvimento econômico para a região. Atualmente, Petrolina pertence à Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro (RIDE Petrolina -Juazeiro).

Essa Região Administrativa foi criada em 2001 pelo governo federal com o intuito de promover e qualificar a diversidade econômica⁴, industrial e social da localidade que, no caso de Petrolina, está em ascensão constante desde 1930. Hoje, o município possui o 7º melhor PIB⁵ do estado de Pernambuco e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, cujo resultado de 0,702 encontra-se acima da média estadual (0,673) (IBGE, 2017). Tais indicadores tornam-se ainda mais positivos quando observado seu crescimento populacional. Em 2010, habitavam no município 217.093 pessoas e, segundo o IBGE, estima-se que em 2019⁶ esse valor alcance a cifra de 349.145 habitantes, totalizando um crescimento de aproximadamente 60% em 10 anos. Com isso, Petrolina está como a 77ª maior cidade do Brasil e a 4ª maior do Nordeste, com bom desenvolvimento econômico e qualidade de vida.

Todavia, apesar desse desenvolvimento e importância econômica, local e nacional, a literatura destinada a tratar da formação política do município ainda é escassa. A maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema na cidade são anteriores a década de 1990 e aqueles realizados depois desse período praticamente não se dedicam a compreensão do seu eleitorado. Assim, este artigo visa diminuir essa lacuna, compreendendo como funciona a dinâmica eleitoral de escolha de candidatos e partidos políticos ao longo das últimas décadas em Petrolina. Para isso, são três as perguntas deste artigo: i) Quais características moldam o voto dos eleitores em nível municipal?; ii) São os partidos e as ideologias políticas variáveis importantes no

⁴ Petrolina e Juazeiro estão entre os maiores exportadores de fruta do Brasil (fonte: https://www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/regiaosf.html).

⁵ Publicado pelo IBGE em 2019, referente ao ano de 2017.

⁶ População do Estado de Pernambuco estimada para 2019, de acordo com o IBGE.

processo de escolha dos eleitores?; e iii) Como se configura a preferência ideológico-partidária dos eleitores da cidade entre os cargos de prefeito, de governador e de presidente entre 1988 e 2016? O objetivo é descrever e analisar as características da política eleitoral do município por meio do voto, com base nos dados municipais oficiais para os três cargos citados.

O recorte temporal desta análise inicia em 1988, quando é promulgada a nova Constituição Federal, que instaura a democracia como regime político e estabelece eleições diretas e simultâneas para prefeito, vice-prefeito e vereadores em todas as cidades do país (Carneiro; Almeida, 2008). O corte final da análise é 2016. Nesse período (1988-2016), foram realizadas 15 eleições para os cargos selecionados, sendo 8 para prefeito e 7 para governador e presidente, o que permite verificar longitudinalmente o comportamento eleitoral da cidade em termos de estabilidade e mudança. Desse modo, são nossos objetivos específicos: i) caracterizar o cenário político-partidário atual de Petrolina avaliando os candidatos e partidos mais votados para o cargo de prefeito ao longo das últimas décadas; ii) investigar a estrutura partidário-ideológica dominante nos três cargos selecionados; e iii) comparar como as pessoas votam para cada um dos cargos citados.

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa exploratória de natureza quantitativa e descritiva. O banco de dados usado na análise foi elaborado pelas autoras, considerando as informações do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São as variáveis que compõem o banco (por eleição e cargo na cidade): candidato eleito para prefeito e demais colocados; candidatos mais votados para Governador e Presidente e o partido político de cada um. A escolha se justifica pelo objetivo central do estudo: compreender as características que marcam o modelo de votação dos eleitores de Petrolina para cada cargo ao longo das últimas décadas. Os resultados de cada pleito serão comparados ao longo dos anos e, também, em termos partidário-ideológicos.

O referencial teórico desta pesquisa utiliza-se das obras de Chilcote (1991), sobre a dominação política da cidade até 1970, e Santos (2013), numa dimensão mais atual. Para análise dos dados emprega-se a definição de democracia elaborada por Dahl (2012) e o modelo conceitual de estrutura de competição eleitoral fechado ou aberto – que caracteriza o embate partidário em relação ao nível de previsibilidade da interação

entre os partidos – desenvolvido por Carreirão (2014) sobre dinâmicas eleitorais. No que tange à classificação ideológica dos partidos políticos será empregada a desenvolvida por Coppedge (1997) e adaptada por Codato et al (2018) para o caso brasileiro.

Para além desta introdução, o artigo possui mais quatro seções. A primeira, trata dos conceitos teóricos de democracia, voto, partidos e ideologias políticas. A segunda aborda a formação da cidade e os 24 anos de ditadura que antecedem 1988 para, na sequência, apresentar as análises das eleições propostas. Por último, as conclusões destacam os resultados encontrados e a importância de se consolidar mais estudos sobre o tema na cidade.

2. Democracia, voto, partidos políticos e ideologia

Para Dahl (2012), o alcance de um sistema democrático depende da instauração de um conjunto de procedimentos e normas específicos. Ele discute a eficácia das instituições políticas na construção de um sistema político em que há pluralidade, inclusão social, representatividade e alternância de poder. O autor defende que não existe democracia sem determinados objetivos institucionais, entre eles o processo eleitoral. Nesse caso, a avaliação de um sistema político está diretamente associada à maneira como os procedimentos essenciais à democracia estão sendo implementados. Isso inclui desde a existência de contestação pública, competitividade e o direito de participação.

Atualmente o Brasil já atingiu, institucionalmente, vários desses pontos. Todavia, o país segue classificado como uma democracia “incompleta”, sobretudo devido a forma de participação das pessoas na política e sua cultura de apoio à democracia (THE ECONOMIST, 2019). Os resultados eleitorais permitem avaliar como um sistema partidário está se estruturando, verificando se a escolha política dos eleitores caminha em direção à promoção de maior diversidade na composição do governo. Segundo Dahl (2012), a permanência de um sistema político de hegemonia fechada cria um modelo democrático restrito. Ou seja, a análise de Petrolina permite pensar no processo de democratização dentro do país.

A democracia como sistema político presume a soberania popular e a representatividade. Tais elementos são construídos na manifestação da vontade popular e na escolha periódica de candidatos que irão representar a população. De acordo com Urbinati (2006) e Crespo (2019), o canal formal de expressão das preferências da população é o voto, pois é ele que fornece legitimidade democrática às eleições. Logo, a representação democrática combina a autorização formal dos mandatários pelo eleitorado com uma influência informal da população no processo decisório (URBINATI, 2006).

Atualmente, a democracia diz respeito a esse processo de representação coletiva via sufrágio universal e que amplia o número de pessoas aptas a participar do processo democrático. A fim de organizar esse quantitativo, os partidos políticos surgem como uma instância política formal de organização coletiva entre pessoas que partilham valores e opiniões comuns a respeito do funcionamento do Estado. Para concorrer, o candidato deve estar conectado com grupos políticos e opiniões públicas específicas. Neste contexto, o partidarismo e as ideologias políticas também servem como limitantes das ações particulares e fortalecem a representatividade do povo.

230

Os partidos são, no contexto democrático, um instrumento que facilita a reivindicação de direitos pela população e são, portanto, uma forma de pressionar a elite política com relação ao que fora acordado entre o povo e os candidatos. Além de fornecer equilíbrio ao sistema como um todo (AGUIAR, 1990). Segundo Bonavides (2000), as funções contemporâneas dos partidos políticos são: i) representar camadas da população no processo decisório através do estabelecimento de programas de interesses e de ideologias políticas; ii) limitar as ações e os interesses individuais dos mandatários e iii) auxiliar na competição eleitoral, tal qual aliar-se ou opor-se ao Governo. Ou seja, os partidos servem tanto como aparelho de representação como de comunicação política.

Quanto a sua classificação, Duverger (1970) descreve que estes podem ser: i) partidos de massas, de natureza aberta cujo objetivo é a representação de interesses e necessidades das classes econômicas mais populares e, por isso, estão mais atentos às ideologias políticas; e ii) partidos de quadros, de natureza fechada, cuja finalidade é defender a permanência de quem já está formalmente inserido na política e o interesse das classes politicamente dominantes (elites políticas). Embora esses sejam modelos

ideais, neste estudo, a tipologia de partidos políticos de Duverger (1970) importa pelo fato de permitir caracterizar a dinâmica partidária local, de Petrolina, auxiliando na medição da efetividade da representação. Ao mesmo tempo que corrobora com a visão de Dahl (2012) sobre como avaliar o tipo de democracia existente na cidade.

Acerca da relevância dos partidos políticos no Brasil, Carreirão (2014, p. 259) afirma que “o papel efetivo que eles desempenham hoje nas democracias é mais o de auxiliar na estruturação da competição e na formação de governos do que o de representação política dos eleitos”. No contexto municipal é relevante enfatizar a produção de autores como Campello de Souza (1976), Olavo Brasil Lima Junior (1983) e Carneiro e Almeida (2008) ao tratarem da dinâmica e das conexões entre partidos políticos na manutenção e aquisição de espaço na política formal (cargos políticos). Segundo Campello de Souza (1976) entre 1946-1964 já é possível verificar um sistema partidário minimamente competitivo nas capitais do Brasil, situação que não se observa nas cidades pequenas ou interioranas. Como ela, Lima Junior (1983) também destaca a relevância de considerar as relações partidárias, sobretudo no viés da nacionalização dos partidos políticos.

231

O processo partidário é complexo e depende de fatores que vão além dos aspectos locais. Ele é impactado por normas constitucionais e pela existência de sistemas políticos locais independentes e desconectados dos demais níveis da Federação (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008). Segundo Carneiro e Almeida (2008) o município é um local de disputa eleitoral que controla instrumentos e recursos específicos. Para eles, deve-se entender a escolha do eleitorado local observando suas consequências prováveis no âmbito local. Nesse caso, os partidos, para terem êxito em pleitos municipais, precisam se adaptar aos objetivos e às peculiaridades da competição em cada município (CARNEIRO; ALMEIDA, 2008). E é considerando esses argumentos, com a finalidade de compreender as particularidades do nosso objeto de estudo por meio da análise dos resultados eleitorais, nesse caso do voto, que este artigo se materializa.

Em relação ao voto, é empregado o modelo conceitual de competição fechada e aberta, estabelecido por Carreirão (2014). O que se busca analisar é a constância em relação aos partidos que disputam cargos na arena eleitoral, sendo necessário observar se estes mudam com o tempo ou se permanecem os mesmos. Para que o sistema partidário seja considerado estável, deve-se conservar alguma previsibilidade quanto

aos atores políticos envolvidos na disputa eleitoral, porém, sem excluir a participação de novos grupos políticos.

Quanto à classificação ideológica dos partidos, o artigo emprega a de Coppedge (1997) e de Codato et al (2018). Em relação ao primeiro, emprega-se o espectro ideológico de esquerda, centro e direita, segmentada em esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Uma vez que todos os partidos aqui analisados são seculares, ou seja, estão separados formalmente de valores religiosos, os autores da segunda obra, Codato et al (2018), atualizaram e adequaram a classificação de Coppedge para o atual cenário dos partidos brasileiros. Assim, este artigo emprega essa formulação agrupada em três categorias: secular de centro-esquerda, secular de centro e secular de direita. Dessa forma, descrevendo detalhadamente as escolhas partidárias do eleitorado municipal e permitindo comparar os resultados ideológicos entre cargos.

Há uma ascendência da direita no Brasil desde 2010. De acordo com Power e Rodrigues-Silveira (2019), tal ascensão não é uma novidade na história política do país. Mesmo com o advento da esquerda no governo nacional, entre 2003 e 2016, houve um

232

continuismo dos valores conservadores e autoritários, especialmente nos municípios brasileiros. Esse continuismo esteve expresso na necessidade dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) de negociar com lideranças de posições ideológicas muito diferentes, por isso, pode-se pressupor que não houve mudanças estruturais na política.

Finalizada a parte teórica-conceitual, cabe destacar a produção acadêmica sobre a formação política da cidade. Petrolina possui uma formação política condizente com os demais municípios brasileiros, sobretudo aqueles com um passado majoritariamente rural e com uma história marcada pela forte presença do coronelismo como sistema político. Desde sua formação, práticas clientelistas de trocas de favores entre os habitantes e os coronéis favoreciam a predominância de uma oligarquia fechada na cidade (SEREJO, 1979). Tal situação se manteve por muitas décadas, cujo resultado é a criação de um sistema político marcado por valores personalistas (SEREJO, 1979). Assim, como no restante do Brasil, as elites locais conservam sua posição através do parentesco, do apadrinhamento e da endogenia política, o que resulta em maior previsibilidade na composição do poder local (DULCI, 2007).

As principais obras que tratam da trajetória política de Petrolina são de Chilcote (1991) e Santos (2013). Enquanto o primeiro analisa o processo de formação da cidade

e de dominação política entre 1895 e 1970, o segundo descreve o percurso da elite política parental do município em décadas recentes. De acordo com Chilcote (1990), a cidade nasce em um contexto particular que predomina até 1970. Fundada em 1895, são cinco as famílias mais relevantes no período: Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana de Souza (SANTOS, 2013; CHILCOTE, 1991). Até meados de 1930, a política local formal estava nas mãos dos Amorins, contudo, depois dessa década a centralidade se volta para os Coelhos. De acordo com Santos (2013), a família Coelho gradativamente cresce sua influência, até que alcança sua hegemonia, elegendo todos os prefeitos desde 1955 até 2016. Ou seja, Petrolina tem uma classe dominante política composta, tradicionalmente, de um pequeno grupo de famílias cujo poder se origina do fato dessas serem detentoras do poder econômico local (CHILCOTE, 1991).

3. Eleições municipais para os cargos de Prefeito, Governador e Presidente em Petrolina-PE

233

Esta seção é elaborada em duas partes. A primeira descreve o período militar e de transição pré-1988. Uma vez que, somado com as dimensões históricas já destacadas, esse período esclarece como a política local municipal chega ao fim da década de 1980 e seu comportamento em nível institucional partidário, para, na sequência, iniciar a análise dos resultados eleitorais das últimas décadas.

3.1. Período pré-1988

Em 1964 foi instituído no Brasil um sistema ditatorial. Um dos primeiros movimentos do golpe militar foi extinguir os partidos políticos para, na sequência, instaurar o modelo bipartidário, em 1965. Assim, passa a existir a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), como partido representante do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como partido de oposição e cujos membros dependiam do aval do governo para participar (KINZO, 2001). Quanto às eleições, muitas continuaram a ser diretas (sobretudo municipais), embora os resultados dependessem da permissão do governo para serem respeitados.

Em Petrolina houve uma reconfiguração partidária sem maiores problemas. De acordo com Chilcote (1990), na cidade, a política girava em torno de personalidades e os partidos só se tornavam ativos nas eleições. Segundo o autor, a elite política local baseada na influência de famílias tradicionais não muda com as alterações trazidas pelo golpe. Logo, Petrolina possui uma política categorizada como uma hegemonia fechada. Os partidos políticos mais influentes antes de 1964 eram dominados pelos líderes dessas famílias. O PSD (Partido Social Democrático), por Clementino Coelho, e a UDN (União Democrática Nacional⁷), por João Barracão, embora esse tenha perdido a influência antes de 1964 (CHILCOTE, 1991). Durante a ditadura, ambos os partidos se fundiram ao ARENA, enquanto a oposição federal encabeçada pelo MDB ficou praticamente sem aderência no município. A tabela 1 sintetiza os resultados das eleições para prefeitura durante o regime militar em Petrolina.

Tabela 1 - Prefeitos eleitos durante a ditadura militar (1964-1988)

Prefeito	Partido	Mandato
José de Souza Coelho	PDS	1964-1969
Simão Amorim Durando	ARENA	1969-1972
Dr. Geraldo de Souza Coelho	ARENA	1973-1976
Diniz de Sá Cavalcanti	ARENA	1977-1983
Dr. Augusto de Souza Coelho	PDS	1983-1988 ⁸

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE-PE

Os militares respeitaram os resultados da cidade e José de Souza Coelho, do PDS (Partido Democrático Social), assume normalmente. Cabe destacar que ele era filho do coronel Clementino Coelho⁹ e irmão de Nilo Coelho, personalidades importantes em âmbito local e estadual. Seu sucessor foi Simão Amorim Durando, candidato apoiado pela família Coelho. Na sequência, Geraldo de Souza Coelho, irmão de José de Souza Coelho, assume o cargo. Como Simão Durando, o próximo a ocupar o cargo, Diniz de Sá Cavalcanti, não é membro da família Coelho, mas apadrinhado politicamente por ela. O

⁷ Ambos partidos (PSD e UDN) foram criados em Petrolina em 1945.

⁸ Período da redemocratização; o mandato foi considerado neste ciclo temporal, pois, para esse trabalho, a divisão mais relevante é a Constituição de 1988.

⁹ Conhecido como Coronel Quelê, Clementino de Souza Coelho foi o comerciante mais influente da cidade por muitos anos, avesso a política formal incentivou seus filhos a fazê-la (Chilcote, 1990). Seus filhos foram Paulo de Souza Coelho, Nilo de Souza Coelho, José de Souza Coelho, Geraldo de Souza Coelho, Osvaldo de Souza Coelho, Augusto de Souza Coelho.

último prefeito do período é Augusto Coelho, também filho de Clementino Coelho. Portanto, verifica-se uma alta influência política da família Coelho para as eleições do cargo de prefeito durante o período militar. E em termos partidários, o período foi de tranquilidade, sendo a ARENA o único partido influente na prefeitura¹⁰.

Outro destaque desse momento é a influência de Nilo Coelho. Eleito deputado estadual em 1947, vira deputado federal em 1950, sendo reeleito em 1954, 1958 e 1962. Devido sua forte presença em Recife, na metade da década de 1960 ele se aproxima de Brasília. No governo de Castelo Branco (1964-1967), Nilo Coelho foi eleito indiretamente governador de Pernambuco. Nilo foi, ainda, Presidente do Senado Federal durante a presidência de João Figueiredo (1979-1983)¹¹. Em conjunto com sua família na cidade, Nilo Coelho articulou diversas melhorias para região via apoio do Governo Militar. Para Santos (2013, p. 143) “com o golpe militar de 1964 a família Coelho, que deu apoio à ditadura, consolidou ainda mais seu império”. Petrolina chega em 1988 com uma política local de hegemonia fechada marcada pela consolidação de uma única família na prefeitura.

235

Descrito esse período, a próxima subseção analisa os resultados eleitorais entre 1988 e 2016 para os cargos de Prefeito, Governador e Presidente na cidade.

3.2. Período pós-1988

Nesta subseção, os dados eleitorais das eleições entre 1988 e 2016 serão sintetizados por cargo, iniciando-se pela prefeitura, para depois incluir os resultados para Governador e Presidente. No final, será construído o mapa político ideológico dos partidos mais votados em cada cargo. Em cada tabela, destacam-se os dois mais votados com o propósito de observar a dinâmica de oposição. Para Governador e Presidente, observa-se a comparação entre os mais votados pela cidade e os eleitos. Já no caso da prefeitura, observam-se os dois candidatos que foram apoiados por cada facção da família Coelho, a fim de demonstrar o embate interno. A tabela 2 destaca as preferências do eleitorado de Petrolina para o cargo de Prefeito entre 1988 e 2016.

¹⁰ Em meados de 1970, o MDB conseguiu eleger alguns poucos candidatos na câmara de vereadores.

¹¹ Nilo Coelho morre em 1983 antes de terminar seu mandato.

Tabela 2 - Eleições para prefeitura de Petrolina entre 1988-2016

Eleição	Candidato eleito e segundo colocado	Partido
1988	1. Guilherme Coelho 2. Diniz de Sá Cavalcanti	PFL PMDB
1992	1. Fernando Bezerra Coelho 2. Henrique Cruz	PMDB PFL
1996	1. Guilherme Coelho 2. Diniz de Sá Cavalcanti	PFL PMDB
2000	1. Fernando Bezerra Coelho 2. Luiz Eduardo Coelho	PPS PFL
2004	1. Fernando Bezerra Coelho 2. Gonzaga Patriota	PPS PSB
2008	1. Júlio Lóssio 2. Gonzaga Patriota	PMDB PSB
2012	1. Júlio Lóssio 2. Fernando Bezerra Coelho	PMDB PSB
2016	1. Miguel Coelho 2. Odacy Amorim	PSB PT

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE-PE

236

Desde 1988, o que determina os resultados das eleições para prefeitura de Petrolina é a competição política intrafamiliar, com origem na oposição que Fernando Bezerra Coelho faz à própria família. Tal divergência se concretizou na sua candidatura para deputado estadual, que o colocou na situação de embate com a candidatura de Geraldo Coelho, o qual pertence à facção da família que apoia Osvaldo Coelho¹². A divisão parental se manifesta, partidariamente, entre dois blocos: i) o PDS/PFL, sendo composto por partidos ideologicamente congruentes com o governo militar durante o período, e ii) PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) /PPS (Partido Popular Socialista) /PSB (Partido Socialista Brasileiro), bloco composto por um partido de centro e dois de centro-esquerda trabalhista. O PFL (Partido da Frente Liberal), antigo ARENA, é o partido da facção de Clementino Coelho, que permaneceu congruente com os fundamentos políticos da família (SANTOS, 2013).

Na tabela 2, observa-se que foram eleitos quatro partidos em oito eleições para o cargo de prefeito: PFL, PMDB, PPS e PSB, sendo o PMDB o partido que mais venceu as eleições, com três pleitos. Nominalmente, de 1988 a 2007, os eleitos foram ora

¹² Osvaldo Coelho seguiu as diretrizes do seu pai, Clementino Coelho (Coronel Quelê), ao ingressar na política formal. Portanto, pertence à facção da família mais enraizada nos valores tradicionais e patriarcais.

Guilherme Coelho ora Fernando Bezerra Coelho¹³. O quadro de competição entre os Coelho é observado no apoio das diferentes facções: Fernando apoiou Diniz de Sá Cavalcanti (PMDB) nas eleições de 1988 e 1996, enquanto Osvaldo Coelho apoiou Henrique Cruz (PFL) em 1992 e Luiz Eduardo Coelho (PFL) em 2000. Nas eleições seguintes, houve o apoio de Osvaldo Coelho e Guilherme Coelho nas duas candidaturas de Júlio Lóssio; e em 2016, Miguel Coelho¹⁴ (PSB¹⁵) é eleito com o apoio de seu pai, Fernando Bezerra Coelho. Dessa forma se estrutura a dinâmica de oposição e aliança entre as facções da família Coelho, como pode ser observado na próxima tabela.

Tabela 3 - Grupos de oposição nas eleições da prefeitura

Grupo de Osvaldo Coelho (DEM-PFL)	Grupo de Fernando Bezerra Coelho (PMDB, PPS, PSB)
Guilherme Coelho (PFL)	Diniz de Sá Cavalcanti (PMDB)
Henrique Cruz (PFL)	Miguel Coelho (PSB, MDB)
Luiz Eduardo Coelho (PFL)	
Júlio Lóssio (PMDB)	

Fonte: elaboração própria

237

A facção da família encabeçada por Osvaldo Coelho soma 16 dos 28 anos analisados no poder, sendo metade do tempo a prefeitura de Guilherme Coelho e a outra metade de Júlio Lóssio. Os mandatos de Fernando Bezerra Coelho totalizam 12 anos de prefeitura. Ao final do mandato de seu filho, Miguel Coelho, que está previsto para 2020, a facção de Fernando terá cumprido 16 anos de poder¹⁶. Ou seja, ambas as divisões intrafamiliares estão com poder relativamente equilibrado.

Aqui é necessário pôr em evidência as migrações partidárias realizadas por Fernando Bezerra Coelho. A primeira vez que ele foi eleito prefeito, seu partido era o PMDB, ao qual se filiou em 1986 aliando-se a Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes (SANTOS, 2013). No entanto, "Em 1994, (...) deixa a legenda e vai se abrigar pela primeira vez, no agora PSB de Miguel Arraes, que teve sua candidatura vitoriosa, uma vez que tinha aberto dissidência com Jarbas Vasconcelos no PMDB" (SANTOS, 2013, p.

¹³ Guilherme Cruz de Souza Coelho é filho de Osvaldo Coelho, enquanto Fernando Bezerra Coelho é filho de Paulo Coelho.

¹⁴ Miguel de Souza Leão Coelho é filho de Fernando Bezerra de Souza Coelho.

¹⁵ Em 2019, mudou de legenda para o MDB.

¹⁶ Nas eleições de 2020 Miguel Coelho é reeleito. Assim, ao fim do seu mandato, a facção de Fernando B. Coelho (pai de Miguel) terá completado 20 anos à frente da prefeitura.

63). As alianças eram traçadas a fim de obter apoio para candidaturas em cargos majoritários, como o de governador e o de senador.

Devido ao não cumprimento do acordo com o PSB, o qual prometia que ele se tornaria presidente do partido, Fernando Bezerra Coelho sai em 1999 e filia-se ao PPS. Em 2000, Fernando venceu pela segunda vez as eleições para prefeito, tendo como vice-prefeita Izabel Cristina, do PT, cujo partido estava em crescente influência e era considerada a única oposição autêntica aos membros da família Coelho. Em 2003, Fernando Bezerra Coelho migra para o PSB pela segunda vez e se alia ao, então, governador de Pernambuco Eduardo Campos. Dessa parceria, em 2006, Fernando assume a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, renunciando à prefeitura de Petrolina (mandato de 2005-2008). Nas eleições de 2014, com o apoio de Eduardo Campos (PSB), Fernando Bezerra Coelho foi eleito senador. Logo, é notório que ele contou com a aliança de líderes de partidos e de governadores nas eleições, almejando cargos majoritários e aumentando sua influência no âmbito estadual e federal (SANTOS, 2013). O que demonstra que há uma estratégia conjunta de manutenção do poder.

238

Em âmbito local, e considerando as constantes migrações partidárias, Fernando Bezerra Coelho foi prefeito de Petrolina três vezes. Em cada eleição vencida, estava filiado a um partido diferente. A situação reforça a possibilidade de presença de um voto personalista dentro do eleitorado petrolinense, como indicam Serejo (1979) e Chilcote (1991).

Em relação a 2008 e 2012, vence as eleições um candidato que não faz parte da família Coelho. Isso é explicado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral de impedir que parentes de até segundo grau dos Chefes dos Executivos sejam eleitos sucessivamente (TSE, 2016). Júlio Lóssio (PMDB) foi eleito e reeleito com o apoio dos Coelhos, tendo como vice-prefeitos Domingos Sávio, em 2008, e Guilherme Coelho, em 2012. O prefeito foi indicado e apoiado por Osvaldo Coelho (DEM), que na época era deputado federal.

Seguindo a estrutura proposta, a próxima tabela descreve os dados eleitorais para o cargo de Governador entre 1988 e 2016 no município de Petrolina.

Tabela 4 - Candidatos mais votados para o cargo de Governador em Petrolina (1988-2014)

Eleição	Primeiros e segundos mais votados¹⁷	Partido
1990	1. Joaquim Cavalcanti * 2. Jarbas Vasconcelos	PFL PMDB
1994	1. Miguel Arraes * 2. Gustavo Krause	PSB PFL
1998	1. Miguel Arraes 2. Jarbas Vasconcelos *	PSB PMDB
2002	1. Humberto Lima 2. Jarbas Vasconcelos *	PT PMDB
2006	1. Eduardo Campos * 2. José Mendonça Filho	PSB PFL
2010	1. Eduardo Campos * 2. Jarbas Vasconcelos	PSB PMDB
2014	1. Paulo Câmara * 2. Armando Neto	PSB PTB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE-PE

A tabela 4 mostra que os cinco candidatos mais votados no município podem ser agrupados em três partidos: Joaquim Cavalcanti, do PFL; Humberto Lima, do PT; Miguel Arraes, Eduardo Campos e Paulo Câmara, todos do PSB. Nas sete eleições que ocorreram no período de 28 anos, o PSB foi o partido mais votado em cinco eleições não consecutivas. Os candidatos mais votados foram, igualmente, Miguel Arraes e Eduardo Campos, empatando por ambos terem sido escolhidos por duas eleições.

Como esperado, a família Coelho se faz menos presente no cargo do executivo estadual, mas consegue ter poder ao se aliar com os eleitos. Um exemplo deste fato é Fernando Bezerra Coelho, que já se aliou e apoiou Miguel Arraes (PSB), Jarbas Vasconcelos (PMDB) e Eduardo Campos (PSB). Miguel Arraes foi eleito Governador de Pernambuco em 1994 e foi aliado de Jarbas Vasconcelos no jogo político. No entanto, competem entre si em 1998, quando Jarbas Vasconcelos é eleito. Este, nos anos em que se candidatou a Governador de Pernambuco, foi o segundo colocado pelo município de Petrolina por quatro eleições não consecutivas: 1990, 1998, 2002 e 2010.

Os dados demonstram a popularidade dos candidatos do PSB no executivo de Pernambuco, e, conseqüentemente, a impopularidade de Jarbas Vasconcelos e do PMDB nas eleições para este cargo na cidade.

¹⁷ Os candidatos eleitos são os que contêm asterisco.

Em relação aos resultados eleitorais para o cargo de Presidente, a próxima tabela apresenta os candidatos mais votados no período em questão.

Tabela 5 - Resultados eleitorais para o cargo de presidente em Petrolina (1988-2014)

Eleição	Primeiros e segundos mais votados¹⁸	Partido
1989	1. Fernando Collor * 2. Luiz Inácio Lula da Silva	PRN PT
1994	1. Fernando Henrique Cardoso * 2. Luiz Inácio Lula da Silva	PSDB PT
1998	1. Luiz Inácio Lula da Silva 2. Fernando Henrique Cardoso *	PT PSDB
2002	1. Luiz Inácio Lula da Silva * 2. José Serra	PT PSDB
2006	1. Luiz Inácio Lula da Silva * 2. Geraldo Alckmin	PT PSDB
2010	1. Dilma Rousseff * 2. José Serra	PT PSDB
2014	1. Dilma Rousseff * 2. Aécio Neves da Cunha	PT PSDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – TRE-PE

240

A tabela 5 mostra que entre 1988 e 2016 houve quatro candidatos mais votados de três partidos diferentes: Fernando Collor, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional); Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira); Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos candidatos do PT. Nas sete eleições presidenciais, o candidato popularmente conhecido como Lula foi o mais votado em três consecutivas. Junto com Dilma Rousseff, o partido do PT é predominante desde 1988. Em termos locais, Santos (2013) esclarece que o grupo político de Osvaldo Coelho apoiou os candidatos Fernando Collor no 2º turno de 1989 e Fernando Henrique Cardoso em 1994. Os candidatos depois de 1996 apoiados pelo grupo não foram eleitos.

O grupo de Fernando Bezerra Coelho apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva desde 1989 até 2006, e apoiou a Dilma Rousseff em 2010. Pode-se observar que apesar da competição intrafamiliar, todos da família Coelho alinharam-se com o governo da época. O autor Santos (2013, p. 120-121) corrobora com o argumento: “(...) podemos afirmar que a poderosa família Coelho sempre esteve alinhada com todos os presidentes eleitos”. Considera-se essa aliança com o governo federal uma estratégia para ganhar

¹⁸ Os candidatos eleitos são os que contêm asterisco.

tanto influência política como recursos financeiros para auxiliar o desenvolvimento econômico e a infraestrutura do município.

Portanto, a partir da análise desses dados sobre as eleições municipais de Petrolina para Prefeito, Governador e Presidente, afirma-se que as dinâmicas de escolha eleitoral se diferem para cada cargo. A estrutura de seleção para chefe do executivo local segue como uma oligarquia fechada, composta praticamente pela família Coelho. Aqui, tudo indica que os critérios de seleção do eleitorado do município tendem a ser tradicionais e personalistas, já que sempre escolheram um membro da mesma família, independentemente do partido em que este estivesse filiado. As alianças que os políticos locais estabelecem com candidatos a Governador de Pernambuco, bem como a dinâmica de competição intrafamiliar são estratégias de manutenção da família Coelho no poder. Com relação aos critérios de seleção para governador, consideram-se os candidatos que já foram prefeitos da capital do estado, Recife, com exceção de Eduardo Campos, neto de Miguel Arraes (SANTOS, 2013). Já as eleições para o Chefe do executivo federal possuem uma lógica independente da local.

241

A competição para Presidente, em nível nacional, desde 1994 é bipartidária entre o PT e o PSDB. Na cidade, esse empate é previsível devido ao constante posicionamento do eleitorado em relação ao PT. Desse modo, confirma-se para a realidade da cidade o argumento de Carreirão (2014) de que a competição partidária brasileira não é uniforme para todos os cargos, mas que ocorre de forma variada dependendo da distância entre eleitor e cargo em questão. Nos municípios, ela tende a ser menos partidária e mais tradicional e restrita já que os candidatos mais votados são sempre da mesma família. Para presidente o cenário é mais partidário, até mesmo pelo distanciamento do cargo.

A próxima seção analisa o caráter partidário e ideológico de modo comparado entre os cargos aqui observados.

4. Análise ideológico-partidária comparada por ciclos temporais

A finalidade é investigar o posicionamento político ideológico dos partidos mais votados em cada eleição e compará-los por cargo. Diferentemente da seção anterior, esta análise será guiada por ciclos temporais. O critério de divisão temporal foi a ideologia

partidária dos Presidentes, cuja classificação no espectro direita-esquerda é baseada em Coppedge (1997) e Codato et al (2018). Destaca-se, dentre as possibilidades de classificação, os partidos de centro, partidos de centro-esquerda e partidos de direita. Ao longo da seção, haverá a descrição de cada tipo partidário.

Os ciclos são estruturados da seguinte maneira: i) de 1988-1993, tempo que abrange a eleição de Fernando Collor, cujo partido, PRN, é de direita; ii) de 1994-2001, em que houve duas eleições vencidas por Fernando Henrique Cardoso, cujo partido era de centro; e iii) 2002-2016, período das eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, ambos do PT, partido de centro-esquerda. O Quadro 1 sintetiza as eleições municipais apresentadas anteriormente, porém, considerando que os ciclos respeitam os resultados ideológico-partidários do cargo para Presidente, a análise deste quadro é inversa à anterior. Primeiro é apresentado o contexto nacional e, na sequência, estadual e municipal.

Quadro 1 - Mapeamento dos candidatos mais votados em Petrolina por ciclo temporal

	Ano	Presidente	Governador	Prefeito
Ciclo 1	1988			Guilherme Coelho (PFL)
	1989	Fernando Collor (PRN)		
	1990		Joaquim Cavalcanti (PFL)	
	1992			Fernando Bezerra Coelho (PMDB)
Ciclo 2	1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Miguel Arraes (PSB)	
	1996			Guilherme Coelho (PFL)
	1998	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Miguel Arraes (PSB)	
	2000			Fernando Bezerra Coelho (PPS)
Ciclo 3	2002	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Humberto Lima (PT)	
	2004			Fernando Bezerra Coelho (PPS)
	2006	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Eduardo Campos (PSB)	
	2008			Júlio Lóssio (PMDB)

2010	Dilma Rousseff (PT)	Eduardo Campos (PSB)	
2012			Júlio Lóssio (PMDB)
2014	Dilma Rousseff (PT)	Paulo Câmara (PSB)	
2016			Miguel Coelho (PSB)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, TRE-PE

No primeiro ciclo (1988-1993), o presidente eleito, e também o mais votado pelo município de Petrolina, foi Fernando Collor, cujo partido, PRN, é de direita, segundo Codato (2018). Na eleição para Governador, em 1990, Joaquim Cavalcanti, do PFL, é o mais votado na cidade. Seu partido é uma ramificação do partido do Governo Militar, ARENA, o qual defende valores elitistas, conservadores e autoritários, sendo assim, ideologicamente posicionado à direita do espectro ideológico.

Para prefeito, primeiro foi eleito Guilherme Coelho, da facção encabeçada por Osvaldo Coelho. Seu partido é o PFL, o mesmo votado para o chefe do executivo estadual. O sucessor para o cargo foi Fernando Bezerra Coelho, líder de uma das facções da família, que venceu as eleições em 1992. Seu partido, PMDB, deriva da oposição ao governo militar e pertence ao centro. De acordo com Coppedge (1997) e Codato et al (2018), partidos de centro não possuem consistência ideológica claramente definida em seu programa e desempenham o papel de apoio nas coligações (troca de favores por votos). Ou seja, durante o ciclo 1 se observa a predominância da ideologia de direita, com o PRN no nível federal, o PFL no estadual, e no nível local os partidos PFL e PMDB, de direita e centro.

No segundo ciclo (1994-2001), o presidente eleito nacionalmente foi Fernando Henrique Cardoso (FHC). Seu partido, o PSDB, é de centro, que, assim como o PMDB, não possui um programa fixo e compõe base de apoio nas coligações federais, adotando agendas ora de esquerda, ora de direita (CODATO et al, 2018). FHC venceu duas eleições, mas somente na primeira, em 1994, foi o mais votado por Petrolina.

Em 1998, os eleitores da cidade optaram pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo partido, PT, de centro-esquerda, possui uma proposta econômica mais social, defendendo a distribuição de renda ao passo que preserva a acumulação de capital. O voto em um candidato a presidente que não foi eleito nacionalmente indica uma situação favorável ao representante do PT e o posicionamento da cidade em prol de Miguel

Arraes. Por duas eleições (1994 e 1998) o partido de Arraes foi o mais votado pela cidade, sendo de centro-esquerda assim como o PT.

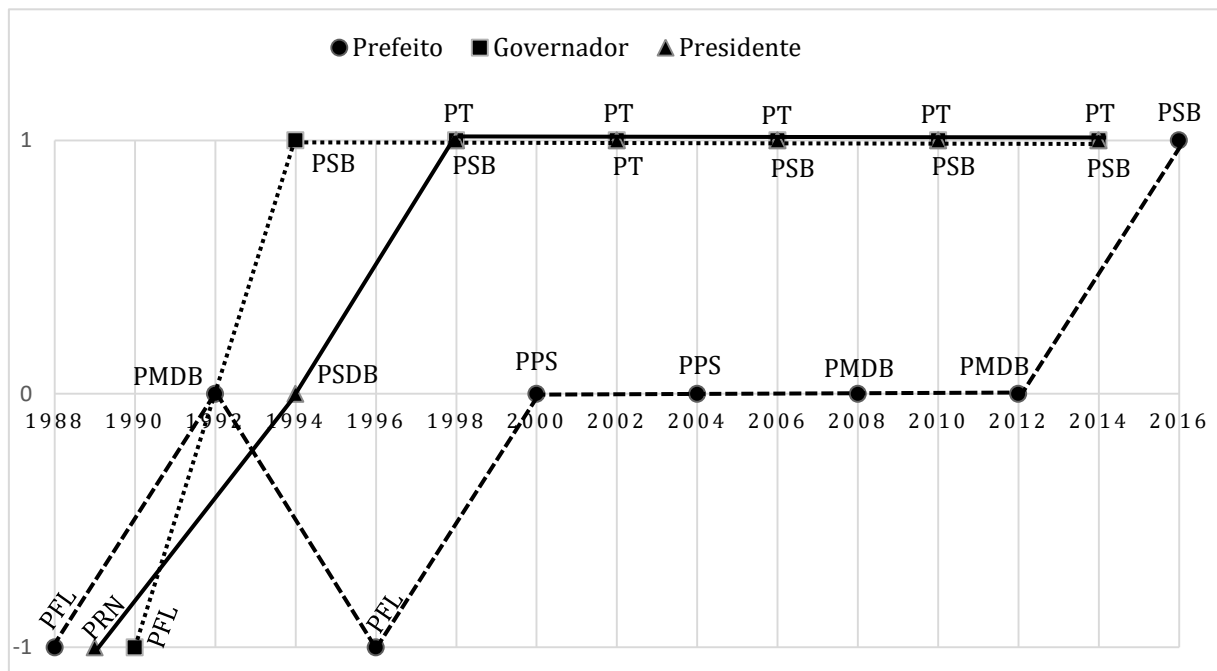
Na esfera local, Guilherme Coelho, do PFL, foi eleito prefeito de Petrolina. Seu sucessor foi Fernando Bezerra Coelho, agora do PPS¹⁹, partido de centro, assim como o PMDB. Deste modo, o ciclo 2 indica que o eleitorado de Petrolina segue dinâmicas de escolha diferentes para cada cargo, escolhendo partidos de centro e esquerda para o cargo federal e estadual, e partidos de direita e centro para o cargo local.

No terceiro ciclo (2002-2016), todas as votações na cidade direcionaram-se aos candidatos do PT para presidência. Primeiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que havia sido escolhido na cidade em 1998, e, na sequência, Dilma Rousseff. Nesse período, os candidatos mais votados nas eleições para Governador foram: Humberto Lima (PT); Eduardo Campos (PSB) por duas eleições consecutivas; e, por último, Paulo Câmara (PSB). Todos os candidatos mais votados na cidade para esse cargo, neste ciclo, pertenciam ao espectro de centro-esquerda (COPPEDGE, 1997; CODATO et al, 2018). Para prefeito, Fernando Bezerra Coelho (PPS) cumpriu mais um mandato. Seu sucessor, Julio Lóssio, do PMDB, partido de centro, permaneceu na prefeitura por dois mandatos. Em 2016, foi eleito Miguel Coelho, filho de Fernando Bezerra Coelho, filiado ao PSB, partido de influência na esfera estadual. Logo, nesse terceiro ciclo, verifica-se de forma mais clara a tendência a votar nos candidatos do PT e do PSB, ambos de centro-esquerda, no âmbito federal e estadual. A dinâmica de escolha para prefeitura difere dos outros níveis, pois os eleitores seguem votando em partidos de centro, com exceção do ano de 2016.

Para elucidar isso foi construído o gráfico a seguir, que considera a dimensão, aplicada a partir da definição de Codato (2018), de esquerda, centro e direita, sem variações. O intuito é verificar, de forma clara, a dinâmica de escolha dos partidos por cargo na cidade.

¹⁹ O PPS foi um partido de esquerda. No entanto, “tornou-se cada vez mais centrista e sempre fez oposição aos governos de centro-esquerda liderados pelo PT” (CODATO, p. 877, 2018).

Gráfico 1 - Ideologia dos Partidos Políticos mais votados em Petrolina-PE



Fonte: elaboração própria

Esquerda (1), centro (0) e direita (-1)

245

O Gráfico 1 desenha o posicionamento ideológico dos partidos políticos mais votados para Presidente, Governador e Prefeito de Petrolina de maneira comparada, excluindo os candidatos. O eixo vertical diz respeito ao espectro ideológico esquerda (1), centro (0) e direita (-1). Já o eixo horizontal se refere aos anos em que ocorreram as eleições para os cargos citados. Lembrando que essa classificação segue a mesma empregada por Codato (2018).

Verifica-se que as maiores variações ideológicas dos partidos políticos eleitos ocorrem na série para prefeito. De 1988 à 1996, foram eleitos dois partidos de direita e um de centro. De 2000 à 2016 foram eleitos quatro partidos de centro e um de esquerda. Na série para Governador e Presidente, verifica-se que haviam vencido partidos de direita e de centro nos anos anteriores a 1994 e 1998, respectivamente. Nos cargos de governador, foram mais escolhidos partidos de esquerda entre 1994 e 2014; e nos cargos da presidência, a constante de partidos mais escolhidos de esquerda iniciou-se em 1998, ano em que foi reeleito Fernando Henrique Cardoso. O município, neste ano, votou para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva.

Portanto, observa-se que as dinâmicas de escolhas ideológico-partidárias de Petrolina diferem de acordo com o cargo em questão. Para Presidente, desde 1998 o PT tem sido o mais votado pelo município nas eleições; já para governador, o PSB nos dois últimos ciclos. Logo, configura-se a tendência majoritária de votar em partidos de esquerda nos cargos estaduais e federais nos dois últimos ciclos. Para prefeito, a dinâmica baseia-se na escolha do PFL e do PMDB, partidos de direita e centro, respectivamente. Ambos os partidos já foram eleitos três vezes.

A predominância dos partidos de esquerda nas eleições do município para Governador e Presidente pode indicar uma tendência do eleitorado em pensar nesses partidos como representantes do povo, já que defendem valores mais inclusivos. Ou seja, para estes cargos, a ideologia é um fator relevante de escolha. Enquanto que para prefeito, os dados indicam um cenário de continuidade, ou seja, de predominância de valores tradicionais e, provavelmente, personalistas.

5. Considerações finais

246

O objetivo do artigo foi analisar as escolhas políticas eleitorais da cidade de Petrolina após a constituição de 1988 a fim de verificar, em âmbito municipal, como as decisões para o cargo de Prefeito estão sendo realizadas. Os resultados eleitorais para Governador e Presidente foram incluídos com a finalidade de observar e comparar, em termos partidários e ideológicos, se os eleitores da cidade se posicionam de forma complementar ou variada (dependendo do cargo).

No que se refere a estrutura do voto, as análises demonstram que este ocorre de duas formas: i) motivado por tradicionalismo que considera predominantemente a família e a pessoa do candidato, sem a influência direta do partido em que este se encontra filiado; e ii) partidário-ideológico, no qual se consideram as pautas que o candidato e o partido defendem.

Para o cargo de Prefeito, o eleitorado de Petrolina os resultados sugerem a existência de critérios personalistas de escolha, pois tende a votar na família Coelho independentemente do partido no qual os membros estão filiados. Já para o cargo de Governador, a cidade tem um voto partidário-ideológico mais definido, pois vota com frequência em partidos de esquerda, principalmente o PSB. Para presidente, a dinâmica

indica que predomina um perfil ideológico de esquerda, já que o eleitorado votou nos candidatos do PT desde 1998²⁰.

Em relação à previsibilidade eleitoral, pode-se afirmar que esta é alta para todos os cargos, embora exista diferenças no critério de seleção dos representantes políticos de cada esfera. Para prefeito, o período analisado destaca a presença dos seguintes partidos: PMDB, o PFL, PPS e o PSB (do mais ao menos presente). Todavia, isso perde importância quando considerada a pessoa que ocupa o cargo, uma vez que desde 1988 todos pertenciam à Família Coelho ou eram apadrinhados por ela. Para governador, a frequência dos partidos mais votados possui pouca variação, sendo (em ordem) o PSB, o PFL e o PT. A dinâmica eleitoral para o cargo de presidente é predominada pelo PT nas últimas cinco eleições.

Em relação à família Coelho, cabe ressaltar que ela possui diversas estratégias de manutenção do poder. Este fato é notório durante a ditadura militar, quando membros da família Coelho obtiveram cargos públicos em troca de apoio. É o caso de Nilo Coelho, cujo cargos de Governador (1966-1969), Senador (1979-1983) e Presidente do Senado Federal (1983) foram cedidos durante os mandatos presidenciais de Castelo Branco (1964-1967) e João Figueiredo (1979-1985). Como resultado, há forte continuísmo do domínio parental no município, que é favorecido pela competição intrafamiliar liderada por duas facções da família Coelho: a de Osvaldo Coelho, do PFL, e a de Fernando Bezerra Coelho, cujos partidos foram, no cenário analisado, o PMDB, o PPS e o PSB. Independente do grupo que chega ao poder, os vencedores tendem a se aliar ao governo estadual e federal, na busca de maior influência e apoio.

Ou seja, os dados indicam que o modelo de votação da cidade ocorre de acordo com a estrutura proposta na obra de Carreirão (2014), fechado e tradicional em âmbito local e mais partidário quando o cargo se distancia. A respeito do nível de democratização no município, esse ainda não pode ser considerado elevado. Isso porque de acordo com a classificação de Dahl (2012), a cidade configura-se como uma hegemonia política fechada. No que tange apenas aos partidos políticos, os dados indicam que, em nível local, esses servem para articulação da manutenção dos mesmos grupos no poder. Essa situação corrobora para a importância do governismo como

²⁰ Nas eleições de 2018 o candidato do PT ganhou na cidade nos dois turnos. No primeiro com 49,95% e no segundo com 68,03% dos votos válidos.

prática de ascensão política. Uma vez que os grupos locais arquitetam e planejam sua caminhada partidária de maneira a se firmar em cargos para além da esfera local, por meio de coligações e evitando o atrito direto com o governo federal (partido na presidência) (PERES, 2014).

Os dados mostram um quadro pouco competitivo entre os atores políticos locais, com quantidade limitada de candidatos e partidos. Os partidos políticos são um elemento essencial para que exista representatividade democrática. Com sua função limitada à patronagem de cargos políticos, a representação eleitoral também é afetada. Com o auxílio dos conceitos apresentados por Urbinati (2006), pode-se dizer que há em Petrolina um cenário político em que há apenas a autorização formal dos representantes através do voto do eleitorado, e não uma contestação e participação públicas no decorrer da tomada de decisões, o que culminaria em maior valorização do sistema partidário como um todo.

Este cenário municipal está distante dos preceitos da democracia representativa instaurada no Brasil em 1988. O modelo partidário é de quadros (DUVERGER, 1970) dentro de um sistema hegemônico fechado. Os partidos aos que a família Coelho se vincula na cidade possuem características locais elitistas e são utilizados como instrumentos de alianças pessoais, a fim de compor estratégias de eleição e reeleição, o que pode indicar uma baixa representatividade da política local.

Esses resultados destacam a necessidade de trabalhos futuros em duas direções. A primeira, do conhecimento da dinâmica eleitoral da própria cidade, incluindo os resultados eleitorais de outros cargos, como o da câmara de vereadores, para então conhecer mais a fundo como o processo político partidário eleitoral ocorre. A segunda, em direção ao fortalecimento de análises sobre a mesma temática em cidades distantes das capitais. Pois para conhecer como a democracia brasileira está se consolidando, é vital analisar a interiorização de processos, mecanismos e partes que sustentam esse sistema. É nos municípios em que ocorre a implementação dos processos democráticos de fato. Logo, conhecer como isso ocorre em cidades como Petrolina, oferece uma luz explicativa para a compreensão de como o processo eleitoral ocorre dentro do país e quais obstáculos ainda precisamos superar.

Por fim, este artigo contribui para atenuar a escassez de trabalhos acerca do poder local no interior do país, especialmente da região nordeste. Adicionalmente, o

estudo abre caminho para que novos trabalhos sejam feitos sobre essa temática. No que tange à região, a proposta futura é focar na dinâmica partidária local para, então, ter uma visão panorâmica sobre a formação política da cidade e suas principais características.

6. Referências

AGUIAR, J. As funções dos partidos nas sociedades modernas. In: **Análise Social**. v. 25, n. 107, p. 287-331, 1990.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SOUZA, M. do Carmo Campelo de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 403-432, 2008.

249 CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, maio – agosto de 2014.

CHILCOTE, R. H. **Transição capitalista e classe dominante no Nordeste**. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, Lisboa - Portugal, LIII v. 4, n. 229, p. 870-897, 2018.

COPPEDGE, M. . **A classification of Latin American Political Parties**. Working Paper, nº 244. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for international Studies, 1997. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CRESPO, J. A. **Elecciones y democracia**. México, Ciudad de México: Instituto Nacional Electoral. 2019.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DULCI, O. S. **As elites políticas**. In: AVELAR, L; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017). **Cidades: Petrolina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>>. Acesso em: 28 fev. 2021

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o sistema representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1976.

LIMA JUNIOR, O. B. de. **Os Partidos Políticos Brasileiros**: A Experiência Federal e Regional (1945-64). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

OLIVEIRA, J. V. **Cooperação intermunicipal abrangente?** O caso da RIDE Petrolina Juazeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de artes e comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15164>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

250

PERES, P. S. **O governismo na política brasileira**. In: DANTAS, H. TOLEDO, J. R. TEIXEIRA, M. A. C. Análise política & jornalismo de dados: ensaios a partir do Basômetro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

POWER, T. J.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. Mapping Ideological Preferences in Brazilian Elections, 1994-2018: A Municipal-Level Study. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 13, n. 1, 2019.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. . São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, R. A. B. **Nas sombras da família Coelho**: a dinâmica de uma dominação política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SEREJO, T. C. L. de. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT . **Democracy Index 2019**: A year of democratic setbacks and popular protest. 2019. Disponível em: <<https://www.in.gr/wp-content/uploads/2020/01/Democracy-Index-2019.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2016). **Súmula-TSE nº 6**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/sumulas/sumulas-do-tse/sumula-nb0-6>>. Acesso em: 15 de mai. 2020

URBINATI, N. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**: São Paulo, n. 64, p. 191-228, 2006.

Elections, political parties and ideology in the city of Petrolina (PE) between 1988-2016

Simone P. Viscarra
Marília Gabriela da Silva Ferreira

Abstract: Elections and voting are fundamental pillars of any well-established democracy. Thus, the objective of this article is to contribute to this debate by analyzing how the Petrolina electorate (Pernambuco-Brazil) voted for the executive positions (mayor, governor and president) between 1988 and 2016. The purpose is to understand the voting model of the seventh largest city in the northeastern interior for each position and compare these results in party-ideological terms. The data come from the electoral reports of the Regional Electoral Court and consider the following variables: year of the vote, most voted candidates and their political parties. The analysis indicates that city voters follow a traditional and closed voting model for mayors, regardless of party ideology, and at the state and federal level a more party and left-wing profile. Thus, collaborating to understand the electoral logic in large cities in the interior of Brazil, a field still little explored.

Keywords: Elections; Municipal vote; Political parties; Ideology; Petrolina.

Elecciones, partidos políticos e ideología en la ciudad de Petrolina (PE) entre 1988-2016

Simone P. Viscarra
Marília Gabriela da Silva Ferreira

Resumen: Las elecciones y las votaciones son pilares fundamentales de cualquier democracia bien establecida. Así, el objetivo del artículo es contribuir a este debate analizando cómo votó el electorado Petrolina (Pernambuco-Brasil) para los cargos ejecutivos (alcalde, gobernador y presidente) entre 1988 y 2016. El propósito es comprender el modelo de votación del séptimo ciudad más grande del interior nororiental para cada puesto y compare estos resultados en términos ideológicos de partido. Los datos provienen de los informes electorales del Tribunal Regional Electoral y consideran las siguientes variables: año de la votación, candidatos más votados y sus partidos políticos. El análisis indica que los votantes de la ciudad siguen un modelo de votación tradicional y cerrado para alcaldes, independientemente de la ideología del partido, y a nivel estatal y federal un perfil más partidario y de izquierda. Así, colaborando para comprender la lógica electoral en las grandes ciudades del interior de Brasil, un campo aún poco explorado.

Palabras-clave: Elecciones; Voto municipal; Partidos políticos; Ideología; Petrolina

Recebido em 16 de agosto de 2020
Aprovado em 3 de outubro de 2020